

Mosteiro de Santa Clara de Évora e seu enquadramento paisagístico

Tereno*, Maria do Céu Simões, Pereira, Marízia M. D. & Monteiro***, Maria Filomena**

* Departamento de Arquitectura

** Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento Universidade de Évora, Rua Romão Ramalho, 59, 7000 Évora. Portugal

*** Departamento do Centro Histórico da Câmara Municipal de Évora

ceutereo@gmail.com;

Resumo

O objectivo do presente trabalho destina-se ao estudo do Mosteiro de Santa Clara implantado na cidade de Évora no século XVI. Procurará estudar-se a utilização inicial dos espaços do mosteiro e sua igreja ao longo do seu tempo de ocupação, para a finalidade com que foi fundado e construído, e após a extinção das ordens religiosas as diversas vicissitudes pelas quais foi passando no decurso do tempo. Procurará fazer-se uma avaliação do enquadramento paisagístico do mosteiro à data da sua implantação e a envolvente que actualmente possui, visto estar completamente inserido numa malha urbana há muito tempo consolidada. Este estudo abordará ainda os vestígios subsistentes da riqueza do seu património decorativo e não só. Observar-se-á o mosteiro como espaço construído, mas também na vertente dos seus espaços livres, tais como claustros e cerca, e nas variedades vegetais neles plantadas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Património, arquitectura, vegetação, mosteiro

Abstract

The aim of this work is intended to study the Monastery of Santa Clara located in the city of Évora, since the sixteenth century. It seeks to study the initial use of the spaces of the monastery and its church during the time of its occupation, for the purpose for which it was founded and built, and after the extinction of the religious orders. We also seek to study the landscape assessment of the monastery at the time of its development and environment, since it is fully inserted in a urban area long ago consolidated. The study will focus not only in the building of the monastery as a place, but also in its open spaces, such as cloisters and fence, and in what the nuns used to plant in their domains. We also will study the remaining vestiges of its rich heritage and not just decorative and show some traces of that opulence which still exists today.

Keywords: heritage, architecture, vegetation, monastery

Mosteiro de Santa Clara de Évora, arquitectura património e enquadramento paisagístico

A Ordem de Santa Clara¹ constituiu-se como a Segunda Ordem integrada na Ordem dos Franciscanos, teve a sua fundação no Convento de S. Damião, em 1212, sob a orientação de Santa Clara e S. Francisco, e contou sempre o apoio dos chamados “frades menores”.

¹ Clara de Assis nascida Chiara Scifi, nasceu no dia 16 de Julho de 1193/4 em Assis, filha de Ortolana di Fiumi e Faverone Offreduccio, e faleceu também em Assis, no dia 11 de Agosto de 1253, pertencia a uma família de cavaleiros nobres da cidade de Assis. Contemporânea de S. Francisco de Assis, e tocada pelo seu estilo de vida e considerando que este não devia ser apenas privilégio dos homens, sentiu que poderia iniciar vocação semelhante. A ela se deve a fundação do ramo feminino da Ordem Franciscana. Dois anos após sua morte, em 1255, o papa Alexandre IV canonizou-a em Anagni.

Rapidamente teve fundações pela Europa e actualmente conta com cerca de 1500 mosteiros desta ordem de clausura. Sendo a ordem de clausura com mais mosteiros disseminados pelo mundo.

A constituição da Ordem dos franciscanos deve-se a São Francisco² de Assis, O.F.M.³ que obteve regra própria, aprovada pelo papa Inocêncio III, em 1223.

Esta ordem subdividiu-se em dois grandes ramos⁴: o dos Claustrais ou Conventuais, mais tolerante que o dos Observantes que seguiam uma disciplina e regras mais rigorosas que o primeiro ramo. A «Estrita Observância» foi o mais rigoroso de todos os ramos da Observância que entretanto se tinha ramificado em diversas vertentes. A Ordem franciscana em Portugal aglutinou-se em torno deste ramo, o da «Estrita Observância».

No século XVIII, em Portugal, estavam constituídas sete províncias: a de Portugal e a dos Algarves, que seguiam a da «Observância», e as da Piedade, da Soledade, de Santo António, da Conceição e da Arrábida, ligadas à «Estrita Observância».

Faziam ainda parte da família franciscana com as suas diversas tendências os Missionários Apostólicos fundados por Frei António das Chagas (1631-1682) em 1680 no convento do Varatojo.

Por determinação do decreto de Maio de 1834⁵ todas as casas masculinas franciscanas foram extintas, a exemplo do que sucedeu com todas as ordens religiosas.

As comunidades femininas e congregações de leigos dependiam dos Franciscanos ou Frades Menores⁶ que pretendiam seguir o espírito de São Francisco. Estes três ramos deram origem à Primeira Ordem, à Segunda Ordem, e à Terceira Ordem.

² São Francisco de Assis, ou Giovanni di Pietro di Bernardone (1181/2-1226), fundou a ordem mendicante dos Frades Menores. Voltado para uma completa pobreza, renovou o Catolicismo do seu tempo. A pregação itinerante constituía uma novidade para o seu tempo, pois os religiosos estavam mais fixados aos mosteiros rurais. A novidade não acabava aqui – a sua crença no Evangelho e a sua determinação em segui-lo à risca, imitando a vida de Cristo, levou-o a dedicar-se aos pobres e à sua problemática mundana.

³ OFM – *Ordo Fratrum Minoru* (Ordem dos Frades Menores) ou Franciscanos, fazendo parte das chamadas ordens mendicantes, são uma fraternidade de irmãos clérigos e leigos, sacerdotes e não sacerdotes, com iguais direitos e obrigações. A sua vida caracteriza-se por três votos basilares, nos quais alicerçam a sua vida quotidiana: pobreza, castidade e obediência. Organizam-se em Províncias, espalhadas por todo o Mundo, sob a protecção de um Governo-Geral, sediado em Roma. Esta ordem foi restaurada em 1981, após a sua extinção, conjuntamente com outras ordens religiosas, em 1834, altura em que foram incorporados na Fazenda Nacional todos os seus bens.

⁴TERENO, M. C., PEREIRA, M. & TERENO, A. V., Implantação e arquitectura de Conventos Franciscanos e seu Enquadramento Paisagístico no Distrito de Évora (Portugal), Ciudad Rodrigo, III Congresso Internacional sobre o Franciscanismo na Península Ibérica, 2009.

⁵ Roque, Maria Isabel, *Arrolamento dos bens religiosos e o seu impacto na Museologia*, Museologia oitocentista do património religioso em Portugal, Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte | Vol. 6, 2010, p.118.

⁶ Os Frades Menores chegaram a Portugal, provavelmente, em 1217. Devido à impressão negativa causada pelos seus pobres trajes, bem como a língua estranha com que comunicavam entre si e com a população, foram tomados como hereges e não lhes foi permitido que habitassem entre a população autóctone. Apelaram para a Rainha D. Urraca, que os mandou examinar. Cf. *CRÓNICA da Ordem dos Frades Menores (1209-1285) I*. (editada por José Joaquim Nunes). Coimbra, Imprensa Universitária. 1918, vol. 1, p. 15 e ESPERANÇA, Fr. Manoel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores na Província de Portugal*, Lisboa: Officina Craesbekiana, 1656. Parte I, p. 61 mencionam o receio da população local, ante aquele novo tipo de religiosos, de fala estranha e modos rústicos. Relativamente à chegada dos Frades Menores a Portugal, Alexandre Herculano, considera-os como uma “nova ordem”, diferente das antigas. Cf. HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal. Desde o começo da Monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Tomo II, Lisboa: Livraria Bertrand, 1981, p. 304. Alexandre Herculano traçou, com cores sombrias, a realidade do clero regular português à chegada dos Frades Menores a Portugal: «As congregações antigas eram corpos

Os conventos femininos portugueses (da Segunda Ordem) seguiam a Regra de Santa Clara de Assis, aprovada em 1253, ou posteriormente uma menos rigorosa lhes foi concedida pelo papa Urbano IV em 1263; dependiam a mais da Província de Portugal ou da Província dos Algarves; não havia conventos femininos nas províncias da «Estrita Observância».

Fundaram-se a partir de 1548 outros mosteiros femininos que seguiam a Regra de 1253 ou a de 1263, designadas como «Claristas» ou «Clarissas».

A Ordem Terceira que, inicialmente, só agrupava leigos sem vida comunitária, começou também a congregar comunidades masculinas e femininas. Em Portugal, acabou por se dividir em dois núcleos, ambos com religiosos sujeitos a votos: o da Ordem Terceira da Penitência e o da Congregação de Nossa Senhora da Conceição de Oliveira do Douro, fundada em 1681 e sujeita ao Provincial da Província de Portugal desde 1688.

Em Portugal as primeiras monjas clarissas chegaram pouco tempo após a morte de Santa Clara em 1254 e a primeira comunidade instalou-se em Lamego. Deslocaram-se posteriormente para Santarém cerca de 1259.

O mosteiro de clarissas que será objecto do nosso estudo situa-se na província dos Algarves, pertencendo ao distrito de Évora, sendo a sua fundação bastante posterior às anteriormente referidas.

A casa religiosa de freiras Clarissas de Évora foi fundada em meados do século XVI, pelo então Bispo de Évora, D. Vasco Perdigão⁷.

Material e métodos

Realizaram-se pesquisas em relação às floras e vegetações naturais e à presença do homem na paisagem envolvente à cidade de Évora. Em simultâneo foi feito um levantamento fotográfico dos aspectos arquitectónicos mais relevantes do mosteiro em apreço, para posterior estudo conjunto com a paisagem envolvente. Foram efectuadas visitas ao Museu Regional para identificação de vestígios remanescentes do acervo do mosteiro. Tomaram-se em consideração as fontes cartográficas colocadas à disposição, quer através das Cartas Militares de Portugal, quer através do Instituto Geográfico do Exército⁸.

IGREJA E MOSTEIRO DE SANTA CLARA DE ÉVORA

Património construído:

*privilegiados, ricos, poderosos e, portanto, ligados naturalmente à nobreza», cf. Alexandre Herculano, op. cit., p. 304. José Mattoso é concordante com esta posição de Alexandre Herculano, quanto à situação do clero, em Portugal, no século XIII – cf. MATTOSO, José, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2. Ed., Lousã: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 101-122; 389-408 e ss.*

⁷ Monteiro, Maria Filomena Mourato, *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*, Évora, 2011, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, p. 67

⁸ O Instituto Geográfico do Exército põe à disposição dos investigadores, e, do público em geral, através do seu endereço na Internet, *Portugalliae Civitates*/Perspectivas cartográficas militares: http://www.igeoe.pt/portugalliae_civitates/civitates/civitates.swf, um conjunto de informação, organizado por localidades, com plantas, vistas aéreas e mapas topográficos.

Este mosteiro, classificado como Monumento Nacional⁹, foi mandado construir por D. Vasco Perdigão¹⁰, Bispo de Évora, em 1452. Para o efeito mandou ocupar as ruínas do antigo paço dos Falcões, e efectuar a compra de umas casas, em documento lavrado em 19 de Maio de 1458¹¹. Localizava-se num dos principais eixos da cidade, a rua de Serpa Pinto, próximo da cintura de muralhas cuja porta de Alconchel permitia o acesso. É ladeado pela rua de Santa Clara e pertence à freguesia de Santo Antão. Trata-se de uma área significativa da malha urbana e esteve sempre delimitado por espaços públicos. Este aspecto influenciou o seu desenvolvimento.

Encontra-se orientado a Oeste estando a sua fachada principal voltada a Sul.

Igreja – exterior

Da primitiva igreja de 1464¹², nada resta, sendo a que a foi substituir da segunda metade do século XVI.

Encontra-se orientada a nascente, e é paralela à Rua Serpa Pinto, sendo o alçado principal da mesma orientada a sul (Fig.1e 2). Este é composto por um corpo central rectangular ladeado por dois portais de grande dimensão, fechados por portas de madeira. Estes portais são rematados por arcos em granito de volta perfeita. Neles se inscrevem dois frontões triangulares com medalhões alusivos à Ordem, a sagrada Custódia, e os braços comungantes de S. Francisco e Santa Clara de Assis (Fig.3)¹³.

A nave é suportada por seis arcobotantes sustentados por contrafortes em granito de dimensões assinaláveis e que marcam o ritmo da fachada. Lateralmente ao volume principal da igreja, e no seu seguimento situa-se um volume de menor dimensão, correspondente aos coros alto e baixo, sendo este sobrepujado por uma torre sineira (Fig.4) ornamentada por grelhas de tijolos e frontões.

⁹ Decreto n.º 8 217, DG n.º 130, de 29-06-1922. Está abrangido no conjunto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, que, ao abrigo do n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, se encontra classificado como MN.

¹⁰ Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, pp. 218 – 225

¹¹ BPE, Pergaminhos Avulsos, pasta 12, peça 002, doc. 001, 1458 / 05 / 19, Carta de venda de umas casas, localizadas na cidade de Évora, na Rua de Alconchel, onde será instalado o convento de Santa Clara. Estas casas foram de João Falcão, fidalgo da casa do rei, e de Dona Branca de Sousa sua mulher. Em virtude da morte de João Falcão foram herdeiros das referidas casas: Dona Branca de Sousa, mulher de João Falcão; Fernão Falcão, fidalgo das casas do rei e alcaide de Mourão, filho de João Falcão, e sua mulher Dona Violante; Dona Maria; João de Sousa, cavaleiro das casas do rei; Leonor de Sousa, casada com Álvaro de Moura, fidalgo da casa do rei; Gonçalo Falcão, fidalgo da casa do rei. Fernão Falcão e sua mulher receberam a parte que Dona Branca de Sousa, Dona Maria e João de Sousa tinham nas referidas casas. Leonor de Sousa e Álvaro de Moura e Gonçalo Falcão concedem procuração a José Lázaro, judeu, mercador, morador em Moura, e a José Zaboca, judeu, mercador, para que em seus nomes possam vender a parte das referidas casas que lhe coube na herança. Fernando Falcão e Dona Violante e os procuradores acima referidos venderam as casas ao bispo D. Vasco. O Bispo afirma ter autorização régia para comprar a casa, por cento e cinco mil reais brancos, para aí se instalar o convento de Santa Clara.

¹² Idem, p. 219

¹³ Idem, p. 219 e Caeiro, Elsa, *Os Conventos do termo de Évora*, Tesis Doctoral, Sevilla, 2005, policopiado, pp. 172-175

No lado nascente o alçado principal apresenta uma torre quadrangular, com grelhas de desenhos diferenciados em cada vão à semelhança da torre anterior. Estas torres (Figs.5 e 6) contribuem, ainda hoje, para a definição de uma imagem da cidade com características muito próprias e de grande pitoresco.

Igreja – interior

De nave única e planta rectangular com cerca de 20 metros de comprimento por cerca de 10 metros de largura, é coberta por abóbada de berço, cujo intradorso ostenta pinturas murais de assinalável qualidade e que remontam ao século XVIII. As paredes da igreja encontram-se revestidas até meia altura, de painéis azulejares policromos de motivos florais do século XVII.

Os paramentos azulejares¹⁴ têm como remate molduras em talha dourada, que se desenvolvem até ao arranque da abóbada, e que preenchem as paredes.

O púlpito que se localiza entre as duas portas de acesso à igreja é de mármore branco sobrepujado por um dossel em talha dourada.

A capela-mor é ligada ao cruzeiro através de um arco triunfal de volta perfeita e grandes dimensões e encontra-se separado da nave por uma teia de madeira. O arco triunfal é ladeado por dois altares/capelas laterais revestidas de talha dourada. A planta da capela-mor é rectangular, e as paredes estão também revestidas por azulejos.

Os coros alto e baixo, que se situam no prolongamento da nave, são sobrepostos e de planta rectangular. O coro baixo conserva a grade de separação com a igreja, a do coro alto perdeu-se. As coberturas do coro baixo são feitas através de abóbada de cruzaria de ogivas abatidas e a do coro alto por abóbada de berço. Ambas as coberturas são revestidas por pinturas murais que contribuía para a sua beleza.

Os dois portais acedem à igreja através de dois vestíbulos que têm entre si o espaço de acesso ao púlpito. O altar-mor situa-se a nascente, apresentando do seu lado direito a sacristia e uma escada helicoidal de acesso aos terraços.

Mosteiro – exterior

O edifício que actualmente existe foi quase completamente reconstruído na segunda metade do século XVI (de que se encontra ainda a inscrição da data em verga da porta de entrada a poente) de acordo com o plano de reforma geral da casa conventual. Não se conhece o autor do projecto, mas foi seu mestre empreiteiro Manuel Filipe. Da primitiva construção certamente mais adequada ao espírito de pobreza observado pelas monjas seguiu-se um edifício de proporções mais grandiosas devido às benesses que eram de maior monta nessa época, e porque se tratava de uma comunidade religiosa de prestígio, tinha a preferência das senhoras das famílias nobres que nele ingressavam.

A volumetria do conjunto sofreu alterações devidas a intervenções ao longo do tempo e mais recentemente ocorridas em meados do século XX, e estas obras puseram a descoberto vestígios góticos da primitiva construção, nomeadamente dois portais, um gótico e um manuelino, que se situam na Rua de Santa Clara (Figs.7 e 8). O actual acesso ao mosteiro, convertido em Escola Secundária, faz-se por um portal de granito com a inscrição de 1540.

¹⁴ Idem, p. 219

O conjunto do mosteiro apresenta dois pisos e a sua configuração no que respeita ao edificado é rectangular.

O alçado principal poente é composto por duas fiadas de vãos rectangulares que acompanham o suave declive da rua para o lado sul.

Nos topos poente e sul encontram-se volumetrias mais destacadas respeitantes a sul à torre sineira e a poente ao corpo mais elevado da entrada.

O alçado norte é arquitectónicamente pouco assinalável (Fig.7), dispondo de duas fiadas de vãos rectangulares.

Mosteiro – interior

Túlio Espanca¹⁵ refere que os compartimentos mais belos deste complexo se encontram no piso térreo (Figs.8, 9 e 10) a partir da portaria ao coro baixo. Podemos confirmá-lo pelas belas abóbadas arzooadas que os cobrem, com chaves e mísulas de granito. Actualmente são utilizadas como salas de aula.

O acesso à actual escola faz-se por uma dependência com planta quadrangular, cuja cobertura é feita através de uma abóbada estrelada com nervuras. É através desta sala que se tem acesso ao corpo norte do antigo mosteiro e também ao claustro do poço, atravessando um espaço também quadrangular coberto com uma cúpula octogonal, assente em trompas cónicas.

No claustro do poço (Fig.11, 12 e 13) podem ver-se duas épocas de construção diferenciadas e das quais a mais recente data de meados do século XX¹⁶, após a derrocada das dependências de uma das alas do claustro.

É através deste claustro que se acede ao piso superior e também ao claustro principal do convento (Fig.14) Este apresenta planta rectangular é constituído por dois pisos e tem 5 tramos em cada ala. A cobertura do claustro é feita por abóbadas nervuradas. Na ala nascente do claustro situam-se diversas salas de configuração rectangular, cobertas por abóbadas de nervuras e que são actualmente salas de aula e sala de professores.

Ainda no piso térreo se encontram de assinalável interesse a sala do Capítulo que tal como o Refeitório datam de final do século XVI, de três tramos cobertas de abóbadas arzooadas, iluminadas por grandes vãos que comunicam com a antiga cerca. No refeitório conserva-se ainda o rodapé em azulejaria datada de seiscentos.

No piso superior deste claustro, actualmente ocupado com salas de aula, situavam-se os antigos dormitórios e residência de senhoras que não integravam a ordem. Teve em tempos capelas e oratórios que desapareceram quando o edifício foi ocupado pelas forças militares, após a extinção das ordens religiosas.

Também no piso superior, de salientar a sala que se situa por cima da portaria e onde funciona a actual biblioteca, que mantém as características primordiais, e onde se podem observar ainda belos painéis de azulejos policromáticos do século XVII, em boas condições de conservação.

O decreto de extinção das ordens religiosas de 1834 previa que os espaços monásticos femininos fossem desactivados apenas aquando do falecimento da última freira professa.

¹⁵ Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Évora*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1966, p. 224

¹⁶ Caeiro, Elsa, *Os Conventos do termo de Évora*, Tesis Doctoral, Sevilla, 2005, poli copiado, p.168

Em Santa Clara o falecimento da última freira ocorreu em 1903¹⁷ data em que este espaço foi encerrado¹⁸.

A Fazenda Nacional atribuiu posteriormente o conjunto ao Ministério da Guerra que nele instalou um quartel entre os anos de 1911 a 1936. É nesta época que ocorrem derrocadas que inviabilizam a utilização do imóvel como quartel.

Foram posteriormente realizadas obras no conjunto monástico com o objectivo de o entregar ao Ministério da Educação Nacional que nele instalou a Escola Industrial e Comercial de Évora, em 1951 que passados vinte anos foi substituída pela Escola Preparatória André de Resende. Mantém a sua utilização como escola até à actualidade.

Património do Mosteiro de Santa Clara

Como instrumento de enquadramento para a abordagem ao património constante deste Mosteiro utilizar-se-á a Carta para a Convenção do Património Cultural Imaterial, aprovada em Outubro de 2003 entrou em vigor a 20 de Abril de 2006¹⁹.

A inclusão de figuras femininas das grandes famílias alentejanas na comunidade de Santa Clara traduziu-se no enobrecimento e riqueza do património que foram acumulando. Do empreendimento da fundação na época de quatrocentos apenas se mantém a igreja conventual e o claustro renascentista, que foram bastante alterados na segunda metade do século XVI.

O Património seleccionado para este estudo situa-se nos âmbitos material e imaterial: No primeiro encontram-se entre outros, a Pintura, a Escultura, a azulejaria, a Talha dourada, a imaginária. No segundo podemos situar a gastronomia através das receitas que foram legadas às gerações vindouras.

Do património que pertenceu a este mosteiro, salienta-se o conjunto de painéis azulejares seiscentistas (Figs.16, 17,18 e 19) que revestem as paredes da igreja até meia altura. O friso que era ornamentado por telas barrocas setecentistas de António de Oliveira

¹⁷ D. Maria Ludovina do Carmo, foi a derradeira freira a falecer neste mosteiro.

¹⁸ Monteiro, Maria Filomena Mourato, *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*, Évora, 2011, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora, p. 159

¹⁹ A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial aprovada em Outubro de 2003 entrou em vigor a 20 de Abril de 2006. Portugal ratificou a Convenção no dia 26 de Março de 2008. Desta Convenção salientamos: "considera-se património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural.

O património cultural imaterial manifesta-se nos seguintes domínios:

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- b) Artes do espectáculo;
- c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza;
- e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

Neste mosteiro eram certamente aplicáveis as alíneas relacionadas com os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza – no conhecimento botânico e que as monjas dispunham, aplicando ervas e produtos naturais em tratamentos, e as aptidões de artesanato, se considerarmos que a confecção de doces conventuais se enquadra nesse âmbito.

Bernardes e que foram apearadas, encontrando-se alguma delas em exposição numa das igrejas da cidade, revela a beleza dos temas que representavam (Figs.20, 21, 22 e 23).

No local onde estiveram estas telas existem frescos historiados, que foram atribuídos a José de Escobar e podem ser atribuíveis ao ano de 1590. Quanto à talha dourada, de salientar o retábulo-mor setecentista que tem um belo sacrário com a representação de um baixo-relevo alusivo à Ressurreição de Cristo. De grande beleza são também os frontais barrocos de altar e do púlpito, trabalho realizado em damasco amarelo bordado a fio de ouro e prata, com simbologia da liturgia cristã, alguns deles ainda em relativamente boas condições de conservação (Figs.24, 25, 26 e 27).

As esculturas que subsistiram têm também interesse e representam Santa Clara e São Francisco de Assis (Fig.28). No âmbito de outras imagens, existe uma Nossa Senhora em muito más condições de conservação, bem como anjos tocheiros barrocos. Existem também imagens de menor dimensão e ainda santos articulados de vestir. Todo este acervo necessita urgentemente de ser restaurado, porque está infectado por insectos xilófagos.

Ainda de referir a bela fonte em mármore situada no claustro maior cujo original se encontra actualmente no museu de Évora (Fig.29).

Num âmbito diferente, o património gastronómico que deixaram através de receitas é também de apreciável valor²⁰.

Pelos remanescentes que ainda se observam no mosteiro²¹ e sua igreja, quer a nível de pintura, azulejaria, talha dourada, estatuária, e pintura mural, pode ter-se um vislumbre da

²⁰ Como apontamento a esse respeito juntam-se duas receitas provenientes desse Mosteiro: Fatias de Santa Clara – Évora – A um arrátel de açúcar juntam-se 12 ovos e batem-se deitando umas pedrinhas de sal até engrossa muito. Deita-se-lhes depois um arrátel (cada arrátel = 459 grs.) de farinha ou menos se estão muito grossas (nunca é bom muita farinha) e com ela se dá uma pequena batedura na bacia e na qual Vão ao forno de padeiro à saída do pão. O açúcar deve ser muito seco e os ovos muito frescos. Bolo de Santa Clara de Évora – Dois arrátéis e meio de açúcar (cada arrátel = 459 grs.) em ponto de cabelo. Tira-se do lume e desfaz-se um arrátel de amêndoa bem pisada e 15 gemas de ovos, sendo cinco com claras. Vai depois ao lume a fazer castelo pequeno, tornando a retirar-se quando esteja nesse ponto e mistura-se uma quarta de pão-ralado e canela. Pulveriza-se uma tábua de farinha de trigo peneirada e deita-se a espécie cobrindo-a de açúcar claro. Assim ficará até ao dia seguinte em que se parte em talhadas e vai ao forno. Leva recheio no centro. (Receitas gentilmente cedidas por D. Maria José Dias Simões Tereno).

²¹ Pela consulta dos elementos existentes na documentação do Arquivo Histórico do Ministério das finanças, pudemos aperceber-nos que faziam parte do espólio deste mosteiro uma listagem de bens muito significativa (Convento de Santa Clara de Évora - Ordem de S. Francisco – Província de Portugal – Inventário da Extinção das Ordens Religiosas – caixa nº 52 – 1924, 1925). Assim existiam inventários dos bens imóveis (prédios rústicos e urbanos) e dos bens móveis, descrição e avaliação do edifício do Convento e seus anexos, bem como de alfaias, e demais objectos de culto e profanos, inventário de prazos, de foros, descrição dos títulos de Crédito Público, do cartório (onde a documentação é muito diversificada, indo de livros de escrituras, sentenças, alvarás, de capelas, tombo, assentamento das religiosas, termos de entradas, de eleições, de receita e despesa, escrituras de arrendamentos de herdades, de aforamentos, de prédios, ao mais variado tipo de documentação). Integra a documentação a lista dos artigos para venda em hasta pública. Mais se acrescenta com a lista de objectos destinados à Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, dos objectos seleccionados para o Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa, bem como a cópia do parecer sobre o estado do edifício, emitido pelo arquitecto José Luís Monteiro (1903), entre outros. Do espólio foram enviados

opulência que este mosteiro terá tido na época do seu maior auge, que se situa entre os séculos XVI e XVII.

Caracterização biofísica da zona de estudo

De acordo com Feio & Martins (1993), a cidade amuralhada de Évora cresceu e desenvolveu-se sobre um morro arredondado (310 m) que se destaca numa peneplanície com duas posições: uma baixa ao sul da cidade (250m) e outra mais alta a norte (300m). Segundo os mesmos autores, a divisão verifica-se aproximadamente pelo paralelo da cidade. A peneplanície que está a sul é interrompida por relevos modestos (Viana do Alentejo); a oeste dominam os contrafortes da Serra de Monfurado; a este alguns relevos com 280 a 290m de altitude e a norte o Alto de S. Bento (364m). Devido à orografia, a cidade de Évora define duas bacias hidrográficas, a do Sado e a do Guadiana que drenam a peneplanície, cujas linhas de água correm de norte para sul. Pertence à primeira bacia o Rio Xarrama e as ribeiras de Valverde e da Viscososa; na segunda, o Rio Degebe. O clima é mediterrâneo com um período seco estival relativamente prolongado e um Inverno húmido e fresco.

A paisagem da região eborense

De uma maneira geral, o clima condiciona a paisagem por ser um dos factores que determina a distribuição das espécies vegetais. A escassez de precipitações no verão na região estudada, possibilita que as plantas desenvolvam mecanismos de adaptação às fortes desidratações estivais, apresentando aspectos xeromórficos típicos: folhas pequenas, ramos transformados em acúleos e espinhos curtos, pilosidade abundante, grossas capas de cera (cutículas) e tecidos especializados (cortiça). A alimentação hídrica é assegurada por sistemas radiculares profundos que permitem explorar ao máximo o perfil do solo (Lacoste & Salanon, 1973).

A partir de bibliografia consultada sobre a região e inventários florísticos realizados em algumas áreas residuais com vegetação natural em redor da cidade de Évora, poder-se-á concluir que a paisagem envolvente de Évora era dominada por florestas de quercíneas bem desenvolvidas e impenetráveis que foram sendo progressivamente degradadas ou eliminadas para dar lugar a campos agrícolas e construções rurais. Actualmente existem pequenos núcleos daquelas formações arbóreas, a maioria em áreas não agrícolas, com elevada densidade de afloramentos rochosos.

A vegetação natural

Foram identificadas duas formações arbóreas: os azinhais e os sobreirais.

Os primeiros, de microclima continental, estão dominados por azinheiras (*Quercus rotundifolia*), com sub-bosques ricos em carrasco (*Quercus coccifera*), catapereiro (*Pyrus bourgaeana*), zambujeiro (*Olea europaea*), medronheiro (*Arbutus unedo*), lentisco bastardo (*Phillyrea angustifolia*), aroeira (*Pistacia lentiscus*) e sanguinho das sebes (*Rhamnus alaternus*). No estrato arbustivo predominam a roselha (*Cistus crispus*), esteva (*Cistus*

alguns objectos Museu Nacional, ao de Évora entre outros. Os objectos preciosos foram vendidos em leilão e os carimbos dos selos do Convento foram remetidos à Biblioteca de Évora.

ladanifer), sargação (*Cistus monspeliensis*), sargaço (*Cistus salviifolius*) e rosmaninho (*Lavandula sp.*). Na orla herbácea encontram-se uma diversidade de espécies anuais e vivazes tais como canafrecha (*Thapsia villosa*), cebola albarrã (*Urginea maritima*), erva de S. Roberto (*Geranium purpureum*), trevo (*Trifolium sp.*), panasco de folha estreita (*Dactylis glomerata* subsp. *hispanica*), vúlpia bromada (*Vulpia bromoides*), oregão (*Origanum virens*), erva das azeitonas (*Calamintha nepeta* subsp. *nepeta*), luzerna (*Medicago sp.*) e serradela (*Ornithopus*), entre outras. Embora os azinhais sejam comunidades relativamente comuns no Alentejo, em Évora são raros os que se encontram bem conservados, uma vez que a maioria está transformada em montados, com aproveitamento agro-silvo-pastoril.

Nas áreas mais frescas e húmidas, encontra-se a segunda formação dominada pelo sobreiro (*Quercus suber*) e muitas trepadeiras, entre elas, a hera (*Hedera maderensis* subsp. *iberica*), madressilva (*Lonicera implexa*), madressilva das boticas (*Lonicera periclymenum* subsp. *hispanica*), salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*) e norça-preta (*Tamus communis*). A maior ou menor densidade do estrato arbóreo faz variar a intensidade luminosa no interior dos sobreirais e, conseqüentemente, é visível a não uniformidade do sub-bosque. Nos locais mais abertos e com pouca sombra, o estrato arbustivo é muito denso e diversificado com murta (*Myrtus communis*), folhado (*Viburnum tinus*), medronheiro (*Arbutus unedo*), calicotome (*Calicotome villosa*), torga (*Calluna vulgaris*), sanganho (*Cistus psilosepalus*), esteva (*Cistus ladanifer*), estevão (*Cistus populifolius* subsp. *populifolius*), sargaço (*Cistus salviifolius*), trovisco (*Daphne gnidium*), tojo (*Ulex australis* subsp. *welwitschianus*), urze arbórea (*Erica arborea*), urze das vassouras (*Erica scoparia*), ranha lobos (*Genista triacanthos*), cássia branca (*Osyris alba*), piorno amarelo (*Retama sphaerocarpa*), giesteira das vassouras (*Cytisus scoparius* subsp. *scoparius*), erva das azeitonas (*Calamintha nepeta* subsp. *nepeta*), rosmaninho (*Lavandula sp.*) e sargaçinho (*Lithodora prostrata* subsp. *lusitanica*). No estrato herbáceo sombrio e fresco verifica-se também uma grande variedade de espécies que estão distribuídas por todo o sub-bosque e nas orlas. Destacam-se alguma bulbosas, tais como a erva língua (*Serapias sp.*), neotínea malhada (*Neotinea maculata*), fritilária de Portugal (*Fritillaria lusitanica*), cila de uma folha (*Scilla monophyllos*), abrótea (*Asphodelus sp.*), cebola albarrã (*Urginea maritima*), alho bravo (*Allium ampeloprasum*), jacinto do campos (*Hyacinthoides hispanica*) e vivazes, entre elas o rapúncio (*Campanula rapunculus*), clinopódio (*Clinopodium vulgare* subsp. *arundanum*), erva molar (*Holcus mollis*), prunela (*Prunella vulgaris*) e alcária (*Tuberaria lignosa*), muito comuns neste habitat.

Nas margens dos rios, ribeiras e pequenos afluentes, os freixiais (*Fraxinus angustifolia*) são a comunidade mais comuns na região eborense, nos troços onde os solos são profundos e com nível freático elevado. Trata-se de bosques ribeirinhos, raras vezes inundados, em que o estrato superior está dominado pelo freixo (*Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia*) e nos intermédios, o pilriteiro (*Crataegus monogyna*), abrunheiro (*Prunus spinosa*), hera (*Hedera maderensis* subsp. *ibérica*), madressilva das boticas (*Lonicera periclymenum* subsp. *hispanica*), silva (*Rubus ulmifolius*), salsaparrilha bastarda (*Smilax aspera*), doce amarga (*Solanum dulcamara*) e norça preta (*Tamus communis*). Próximos da água, em zonas temporalmente submersas no Inverno, crescem grupos de plantas de grande porte como a rabaça (*Apium nodiflorum*), erva carapau (*Lythrum salicaria*) e embude (*Oenanthe crocata*). Nos estratos herbáceos, nas orlas e nas áreas mais abertas, em situações pontuais, encontram-se vivazes de

floração primaveril, entre elas a campanilha (*Anemone palmata*), jarro bravo (*Arum italicum*), ficária (*Ranunculus ficaria* subsp. *ficaria*), erva lanar (*Holcus lanatus*), bunho (*Scirpoides holoschoenus*), alpista da água (*Phalaris coerulescens*) e trevo branco (*Trifolium repens*). Apesar de a pressão antropozooecénica (culturas hortícolas e pastorícia) nas margens dos freixiais tende a ser muito forte, ainda é possível encontrar algumas estações em bom estado de conservação, o que permitiu analisar a sua estrutura e composição florística.

Finalmente, nos troços com forte estiagem e caudais irregulares que impedem o desenvolvimento normal dos bosques ripícolas, encontram-se galerias de borrazeiras, a branca (*Salix salviifolia* subsp. *australis*) e a preta (*Salix atrocinerea*) nas margens aluvionares muito limosas. Constituem a primeira banda de árvores ou arbustos grandes, sem sub-bosque, porque suportam os regimes torrenciais de cheias no Inverno. A faixa exterior destes salgueirais, pouco húmida, está ocupada por silvados impenetráveis com silva (*Rubus ulmifolius*) e madressilva das boticas (*Lonicera periclymenum* subsp. *hispanica*) e enquanto que a interior, nos leitos das linhas de água, por rabaça (*Apium nodiflorum*), erva carapau (*Lythrum salicaria*), embude (*Oenanthe crocata*) e orelha de mula (*Veronica anagallis-aquatica*), entre outras.

Provável património vegetal do Convento de Santa Clara

Desde a antiguidade que o homem sempre procurou nas plantas a alimentação e a cura para as suas doenças. No séc. XV era verosímil que no Convento de Santa Clara existisse uma enfermaria, uma botica e zonas onde cultivassem ou existissem espécies vegetais com interesse medicinal, para suprir as necessidades das religiosas, além de fornecer aos hospitais, pobres e peregrinos.

As plantas poderiam crescer em áreas ajardinadas, hortas, pomares, baldios (área não cultivada) ou pousios (área em repouso). Tendo em conta a vegetação natural e as plantas de jardins mais comuns da cidade de Évora, efectuou-se um levantamento florístico de prováveis espécies vegetais medicinais que poderia existir naquela época no convento. Consideraram-se quatro zonas principais:

Zona 1 – Áreas ajardinadas (espécies autóctones e alóctones com interesse medicinal) provavelmente nos claustros:

Acanto (*Acanthus mollis*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), avenca (*Adiantum capillus-veneris*), buxo (*Buxo sempervirens*), cipreste (*Cupressus sempervirens*), erva cidreira (*Melissa officinalis*), erva de S. João de Grisley (*Achillea millefolium*), hera (*Hedera maderensis* subsp. *iberica*), lúcia lima (*Aloysia triphylla*), malmequer (*Chrysanthemum coronarium*), malvaíscio (*Althaea officinalis*), murta (*Myrtus commnis*), romanzeira (*Punica granatum*), pervinca (*Vinca difformis*), tília (*Tilia cordata*) e violeta (*Viola odorata*).

Zona 2 – Pomar (espécies autóctones e alóctones, alimentícias/medicinais) provavelmente na cerca:

Amendoeira (*Prunus dulcis*), ameixeira (*Prunus domestica*), amoreira negra (*Morus nigra*), figueira (*Ficus carica*), laranjeira (*Citrus sinensis*), marmeleiro (*Cydonia oblonga*),

nespereira (*Eriobotrya japonica*), oliveira (*Olea europaea*), pereira (*Pyrus communis*), pessegueiro (*Prunus persica*) e tangerineira (*Citrus deliciosa*).

Zona 3 – Horta (espécies autóctones, alimentícias/medicinais e condimentícias/medicinais) provavelmente na cerca:

Abóbora porqueira (*Cucurbita pepo*), acelga (*Beta vulgaris*), agrião (*Rorippa nasturtium-aquaticum*), alface (*Lactuca sativa*), alho (*Allium sativum*), alho porro (*Allium ampeloprasum*), batateira (*Solanum tuberosum*), cebola (*Allium cepa*), cenoura (*Daucus carota*), couve (*Brassica oleracea*), faveira (*Vicia faba*), hortelã das cozinhas (*Mentha spicata*), hortelã da ribeira (*Mentha cervina*), loureiro (*Laurus nobilis*), manjerico (*Ocimum minimum*), manjerona (*Majorana hortensis*), melancia (*Citrullus lanatus*), morangueiro (*Fragaria vesca*), mostardeira (*Brassica nigra*), nabo (*Brassica rapa*), oregão (*Origanum virens*), pepino (*Cucumis sativa*), pimenteiro (*Capsicum annuum*), poejo (*Mentha pulegium*), rábano (*Raphanus sativus* var. *niger*), rabanete (*Raphanus sativus* var. *radicula*), salsa (*Petroselinum crispum*), salsa mansa (*Salvia officinalis*), saboeira (*Saponária officinalis*), sabugueiro (*Sambucus nigra*), segurelha (*Satureja hortensis*), tomateiro (*Lycopersicon esculentum*), tomilho (*Thymus vulgaris*), trevo (*Trifolium repens*), videira (*Vitis vinifera*).

Zona 4 – Baldio e/ou pousio (espécies autóctones medicinais):

Alfavaca da cobra (*Parietaria judaica*), amor de hortelão (*Galium aparine*), arroz-dos-telhados (*Sempervivum tectorum*), bolsa de pastor (*Capsella bursa-pastoris*), borragem (*Borago officinalis*), catacuzes (*Rumex bucephalophorus*), chicória (*Cichorium intybus*), chupa mel (*Anchusa italica*), conchelos (*Umbilicus rupestris*), corriola (*Convolvulus arvensis*), beldroega (*Portulaca oleracea*), diabelha (*Plantago coronopus*), erva moura (*Solanum nigrum*), figueira do inferno (*Datura stramonium*), funcho (*Foeniculum vulgare*), hipericão (*Hypericum perforatum*), malva (*Malva sylvestris*), marcela real (*Anthemis cotula*), marroio branco (*Marrubium vulgare*), papoila (*Papaver rhoeas*), pepino de S. Gregório (*Ecbalium elaterium*), serralha (*Sonchus oleraceus*), tripa de ovelha (*Andryala integrifolia*), urtiga branca (*Mercurialis annua*), urtiga brava (*Urtica urens*), urtiga maior (*Urtica dioica*).

O cultivo e a colecta destas espécies medicinais poderia ser praticada pela religiosa boticária que na época deveria ter conhecimentos necessários para fazer um diagnóstico, receitar e aplicar os medicamentos vegetais.

Conclusões

O objectivo do presente trabalho consistia em estudar o conjunto monástico das monjas Clarissas existente em Évora, constituído pela igreja e seu mosteiro.

Efectuou-se a apreciação do conjunto através de visitas ao local, de modo a fazer a leitura espacial do conjunto, bem como das componentes arquitectónicas do mesmo e também de tentar perceber qual teria sido o enquadramento paisagístico, à data da sua implantação e a evolução sofrida pela paisagem, com o passar dos séculos. Foi também feito um estudo das espécies prováveis que terão existido quer nos claustros do Mosteiro, quer na cerca do mesmo.

Numa perspectiva de evolução natural e como conclusão, apresenta-se uma descrição das principais formações vegetais que constituíam os elementos dominantes da paisagem da cidade de Évora (Figs.30, 31 e 32).

Foram também realizadas pesquisas nos Museus da cidade com o objectivo de encontrar alguns dos objectos que fizeram parte do acervo deste mosteiro. Encontraram-se as telas de António de Oliveira Bernardes, o original da fonte do claustro maior e alguns pequenos objectos que pertenceram a este cenóbio.

Pelos elementos fotográficos recolhidos no local e pelo estudo efectuado nos espaços arquitectónicos pode concluir-se ter-se tratado de um conjunto monástico de dimensões consideráveis, criado de raiz na cidade de Évora. Constituído por igreja e espaços regulares, um em pior estado de conservação que o outro, mostra precisamente neste contraste a necessidade da utilização dos espaços patrimoniais. O abandono e a incúria a que se votam estes espaços é um passo no sentido da degradação de um património que nos compete salvaguardar e transmitir às gerações vindouras.

Tratando-se de um conjunto incluído em malha urbana há muito consolidada, pode apenas conjecturar-se qual teria sido o seu enquadramento paisagístico. Ficou patente nos cortes esquemáticos efectuados que a vegetação foi sofrendo cortes à medida que a cidade se ia desenvolvendo e foi necessitando de novas áreas de expansão quer de construção quer de cultivo.

Do conjunto estudado, e no cômputo geral pode considerar-se que os espaços regulares do mosteiro estão em boas condições de conservação, dada a utilização que têm tido como escola, o mesmo não sucedendo com a igreja (encontra-se fechada). Esta carece urgentemente de medidas de conservação, para poder ser transmitida às gerações futuras, com o mosteiro de que faz parte integrante.

Considera-se que os objectos móveis que pertenceram ao mosteiro e que se encontram dispersos por colecções particulares e museus, poderiam fazer parte de um acervo a ser colocado no espaço dessacralizado da igreja e desta forma criar um museu com esses bens patrimoniais. Ressalta-se a mais valia que poderia resultar dessa iniciativa, porque o espaço da igreja poderia ser mantido em boas condições de conservação e simultaneamente poderiam ser vistas peças que pertenceram ao mosteiro, contribuindo para a divulgação desta ordem religiosa e do seu valioso património arquitectónico, escultórico, pictórico e decorativo, bem como do património imaterial de que a gastronomia (através de receitas do mosteiro) seria um bom exemplo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Coimbra 1910-192; 2.^a Ed. Dir. Damião Peres, Barcelos 1968-1971;
- CAEIRO, Elsa, *Os Conventos do termo de Évora*, Tesis Doctoral, Sevilla, 2005, policopiado;
- CASTRO, João Bautista de – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Tomo Segundo, parte III e IV; Dir. Andrade, António Alberto Banha de Andrade, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2.^o Volume, Lisboa: Editorial Resistência, 754 pp.;
- CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da – *Claustro Franciscano*, Lisboa: 1740;
- ESPERANCA Fr. Manoel da. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores na Província de Portugal*, Lisboa: Officina Craesbekiana, 1656. Parte I;
- FEIO, M & Martins, A. (1993) – O relevo do Alto Alentejo. *Finisterra*, XXVIII, 55-56: 149-199.
- FERREIRA, Cónego J. Augusto Ferreira, *Memórias para a História de um Sisma: 1832-1842*, Braga: Cruz & C.^a, 1916, 762 pp.;

GERHARDS, Agnès, *Dictionnaire Historique Des Ordres Religieux*, Préface de Jacques Le Goff, Fayard, 1998, ISBN: 2-213-60173-9 35-14-0373-01/7, 622 pp., pp. 261-264; Sotto la direzione dei Ver. MI, *Dizionario Ecclesiastico*, vol. III, Editrice Torinese, 1436 pp.;

GUIA DE PORTUGAL, vol. II, [D.L. 3542/83], [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.], 697 pp., ISBN: 972-31-0545-4;

LACOSTE, A. & SALANON, R. (1973) – *Élements de Biogéographie*. Fernand Nathan, Paris.

LOPES, F. Félix, *Fontes narrativas e textos legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal*, Madrid, 1949;

LOPES, Frei Félix – *Colectânea de Estudos de História e Literatura. Fontes Históricas e Bibliografia Franciscana Portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, vol I;

MONTEIRO, Maria Filomena Mourato, *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*, Évora, 2011, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa: [s.e.], 1940, (2.º vol.) 1948, (3.º vol.) 1958, (4.º vol.) 1968; Dir. AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Círculo de Leitores, ISBN 972-42-2383-3, 479 pp., pp. 273-281;

História de Portugal Religião, Religião e Secularização, vol. 3, Círculo de Leitores, ISBN: 972-42-2460-0, 584 pp. ;

SAUSSAYE, Chantepie de La (Prof. Universidade de Leyde), *História das Religiões*, trad. Lobo Vilela, 3.ª Ed., Lisboa: Editorial Inquérito, Lda., 966 pp.

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO, António, *Dicionários de História da Igreja em Portugal*. Dir. A. A. Banha de Andrade, Vol. I, Lisboa: Resistência, 1980, p. 340-354; Idem, Santo António de Lisboa, Vol. II Lisboa [s.n.] 1967; Fernando Félix Lopes, Santo António de Lisboa, Doutor Evangélico, Braga: Ed. Boletim Mensal, 21954.

Nota: As figuras nºs 2, 8, 9, 10, 11, e 12, 15 e 16 pertencem ao Inventário Artístico realizado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
As restantes imagens são das autoras.